

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Doutor Jaime Valle; Prof. Doutora Ana Rita Gil; Prof. Doutora Heloísa Oliveira; Mestre Sara Augusto de Matos; Dr. Afonso Brás

Ano lectivo: 2020/2021 (1.º Semestre)

2.º Ano – Turma A

Exame escrito – Época de coincidências (29 de Janeiro de 2021)

Tópicos de correcção

I

Responda, de modo fundamentado, às seguintes questões:

1.

- *Identificação das fontes jurídico-internacionais e respectivas noções;*
- *Papel e limites do elenco contido no art. 38.º do ETIJ: análise crítica;*
- *Inexistência de hierarquia entre fontes imediatas;*
- *Primado das fontes imediatas sobre as fontes mediatas.*

2.

- *Relevância da distinção do ponto de vista material, orgânico e formal;*
- *Análise e descrição dos processos de conclusão de tratados e acordos internacionais: aspetos em comum e diferenças [aprovação pela AR / Governo; ratificação / assinatura do Presidente da República; regime de fiscalização de constitucionalidade (...)];*
- *Análise crítica do art. 161.º/i) da CRP e noção de reserva de tratado.*

3.

- *Análise do princípio pacta sunt servanda à luz do Direito dos Tratados: noção e ponderação de normas jurídicas relevantes (CVDT arts. 26.º e 27.º);*
- *Violação das regras de direito interno relativas ao procedimento de vinculação internacional do Estado: exemplos e consequências jurídicas;*

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Doutor Jaime Valle; Prof. Doutora Ana Rita Gil; Prof. Doutora Heloísa Oliveira; Mestre Sara Augusto de Matos; Dr. Afonso Brás

Ano lectivo: 2020/2021 (1.º Semestre)

2.º Ano – Turma A

Exame escrito – Época de coincidências (29 de Janeiro de 2021)

- *Confronto do regime do art. 277.º, n.º 2, da CRP com o disposto no art. 46.º da CVDT: análise crítica;*

- *Conceito e regime da ratificação imperfeita.*

4.

- *Noção, estatuto e prerrogativas dos membros permanentes do CS;*

- *Análise do regime do exercício do direito de voto e descrição do procedimento de duplo veto no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas;*

- *Análise e descrição do procedimento deliberativo no CS à luz do art. 27.º da Carta: a distinção entre questões de procedimento e questões substantivas.*

II

- *Noção de personalidade jurídica internacional;*

- *Poderes e deveres típicos do sujeito de DIP: em particular, o indivíduo;*

(2 valores)

- *CEDH enquanto sistema regional de protecção dos direitos do homem: confronto com outros sistemas de protecção destes direitos (DUDH, CDFUE);*

- *Análise sobre a natureza dos direitos tutelados;*

- *Caracterização do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: obrigatoriedade da sua jurisdição; legitimidade activa;*

- *Em particular: o mecanismo da queixa individual no quadro da CEDH; petições individuais: caracterização e pressupostos arts. 34.º a 36.º da CEDH (explicitação, em concreto do pressuposto de esgotamento das vias de recurso).*

(4 valores)

- *Avaliação da coerência lógica e grau de fundamentação das propostas*

(2 valores)